



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A PRESENÇA DE ADINA MERA NA FORMAÇÃO DE URBANISTAS PARA A PRÁTICA
PROFISSIONAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

José Francisco Bernardino Freitas (UFES) - jfbfreitas@gmail.com

Arquiteto, doutorado e pós-doutorado respectivamente em Planejamento Urbano e Regional e História Urbana, professor associado da UFES, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFES.

Marlice Nazareth Soares de Azevedo (UFF) - marliceazevedo@globo.com

Arquiteta, doutorado em Planejamento Urbano e Regional, professora titular da UFF vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – PPGAU/UFF.

A Presença de Adina Mera na Formação de Urbanistas para a Prática Profissional nos Municípios Brasileiros

Introdução

Este estudo trata da atuação da urbanista argentino-brasileira Adina Mera, especialmente no que se refere ao seu envolvimento na formação de urbanistas para a prática profissional, em particular por meio do treinamento promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), nos anos de 1950 a 1980. Inicialmente traz informações acerca da urbanista importante para essa formação. Sua origem, seus antecedentes educacionais e profissionais, seu acesso à profissão de urbanista e a elite profissional, social, política que viabiliza sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. Sua ideologia e sua atuação junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil são abordadas para ilustrar sua relação com o Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e da Administração Municipal (CEMUAM), posteriormente alterado para Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano.¹ Em seguida contextualiza-se o surgimento do CEMUAM e traz elementos de sua proposta metodológica calcada no movimento Economia e Humanismo, essência do grupo que compunha a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), em um momento em que a disciplina do urbanismo ganha destaque no cenário nacional. Ressalta o papel desse grupo para a prática profissional que tem influência marcante na abordagem metodológica apregoada pelos CEMUAMs. Por fim, revela o desapontamento de Adina Mera com a profissão e a oportunidade que não teve de testemunhar os frutos de seus esforços.

A urbanista argentino-brasileira Adina Mera

Inicialmente, vale pontuar que informações a respeito das atividades profissionais e pessoais da urbanista Adina Mera parecem não ter sido objeto de detida consideração uma vez que nenhum trabalho publicado a esse respeito foi identificado. Como tentativa de ampliar as poucas fontes disponíveis, foram realizadas entrevistas com alguns parceiros de profissão da mesma forma que amigos pessoais da urbanista.² Informações adicionais foram encontradas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ) e no Instituto de Arquitetos do Brasil nos departamentos dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (IAB-ES e IAB-RJ).³

Filha de Juan Mera e Adina Andreis, Lorenza Adina Mera nasceu em 1927 na Patagônia, Argentina.⁴ Seu fascínio pelo mundo civilizado a levou a Paris onde cursou seu primeiro curso de pós-graduação. Devido a sua elegante figura longilínea e, a ajuda de uma amiga

parisiense, Mera se envolveu a princípio em uma carreira de modelo o que lhe garantia a sobrevivência na capital francesa nos anos em que desenvolvia seus estudos (FREIRE, 2008).

Ao final dos anos de 1940, teve a oportunidade de estabelecer contato em Paris com a senhora Henda Freire na Casa da Argentina na cidade universitária, onde ambas residiam. Segundo FREIRE (2008), nesse período, Mera sofria de meningite e foi advertida por médicos parisienses a evitar as baixas temperaturas do severo inverno europeu. SCHWAB (2007) corrobora a afirmativa de Freire e argumenta ser essa a principal razão de sua vinda para o Brasil em 1951, onde novamente inicia uma carreira de modelo.⁵ Pouco mais de quatro anos depois Adina Mera conclui o Curso de Pós-Graduação em Urbanismo na então Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (FNA-UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com os arquivos do CREA-RJ, Mera adquire esse título em janeiro de 1956.⁶

Uma pesquisa na *internet* permitiu a localização do periódico de notícias *Petrotecnica Novidades Empresarias* de 2004 que indica a institucionalização do *Premio Adina Mera* para profissionais de Engenharia Industrial, uma vez que foi primeira mulher a se formar nesta especialização em seu país de origem no ano de 1944. O fato que merece destaque aqui, contudo, é a sua qualificação na atual UFRJ e a concessão para trabalhar como urbanista atribuída pelo CREA-RJ.

Interessa destacar que durante seu treinamento em urbanismo, costumava atender disciplinas do curso de Graduação em Arquitetura. SCHWAB (2007) argumenta que uma das matérias que cursaram na mesma turma no curso, foi *Arquitetura do Brasil*, a qual Mera tinha muito pouco conhecimento, mas que no futuro acabou se tornando *expert* no assunto. SCHWAB (2007), FERNANDES (2008) e AZEVEDO (2008) acreditam que o propósito de Adina com as disciplinas que cursava, seria validar seu curso de Graduação em Engenharia obtido na Argentina, em conformidade com a legislação brasileira.

Alguns documentos e depoimentos levam a crer que a sua inserção na vida profissional carioca e brasileira tenha se dado por dois caminhos: inicialmente por meio da realização do Curso de Urbanismo de dois anos de duração da então FNA-UB direcionado a engenheiros e arquitetos, cursando a turma de 1954, uma das primeiras. Esse curso tinha entre seus professores Roberto Burle Marx e Hélio Modesto que vão também exercer significativa influência em sua trajetória profissional. O primeiro deles responsável por seu interesse pelo paisagismo e o segundo pela sua posterior vinculação ao urbanismo e planejamento urbano. Outras vinculações institucionais foram reconhecidas na sua trajetória profissional; sua aproximação com o IBAM e o Grupo Economia e Humanismo do Padre Lebrecht (SAGMACS),

que trouxe para o Brasil abordagem diferenciada nos estudos e análises das cidades e em intervenções urbanas.⁷

Mera circulava à vontade no mundo da elite carioca. OLIVEIRA (2008) e NICOLAEFF (2008) em uma contextualização destes tempos nos lembram que a elite administrativa nacional (e carioca) se confundia com a elite profissional, cultural, social, econômica e política. Adina além do contato profissional com Roberto Burle Marx, havia desenvolvido uma relação profissional sólida com Hélio Modesto, arquiteto carioca de forte atuação e relações políticas e profissionais à época.⁸ Além destes, teve a oportunidade de trabalhar também com Afonso Eduardo Reidy.

A partir de seu contato com Burle Marx e de um Curso de Botânica ministrado pelo Professor Luís Emigdio que freqüentou em 1957 no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, Adina Mera passa a desenvolver projetos de paisagismo no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Nesse ultimo, na propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, em Vitória e no Rio de Janeiro projeta os jardins da *Maison de France*, sede da Embaixada da França no Rio de Janeiro, à época capital do país. Na Figura 1, a seguir, pode-se visualizar a turma desse Curso tendo ao centro o professor e outros participantes sendo Adina Mera, a segunda mulher sentada à esquerda da mesa.



Figura 1 - Rio de Janeiro: Adina Mera e participantes do Curso de Botânica em 1957 no MAM
Fonte: Acervo Alex Nicolaeff

Todos os entrevistados argumentam que adaptabilidade era sua grande virtude.⁹ Sua característica de comprometimento incondicional ao trabalho parecia ideal em sua escolha para as tarefas de planejamento urbano naquele momento. Metropolização era a palavra chave da agenda de planejamento no país e Adina integrou a equipe responsável para os estudos que viabilizaram a criação das Regiões Metropolitanas.¹⁰ Todos esses fatos demonstram sua versatilidade e competência também expressos nos artigos que escreveu para a Revista de Administração Municipal – RAM do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.¹¹

Em sua vida profissional esteve ativamente envolvida com a classe de arquitetos por meio do Instituto de Arquitetos do Brasil do Estado do Rio de Janeiro (IAB-RJ) onde sua intensa participação e contribuição permitiram que fosse indicada delegada do Conselho Superior (COSU) da entidade, posição de destaque nacional na instituição. Suas ideias e ideais são expressas nos diversos documentos que escreveu, planos que participou, cursos que ministrou, cartas que trocou com amigos e profissionais e poesias que jamais foram publicadas.

Como representante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, teve a oportunidade de produzir um documento como participante de uma comissão formada por cinco representantes regionais indicados por este Conselho. Este documento bem expressa a opinião da instituição acerca da política urbana no Brasil argumentando que:

A participação popular direta e ativa é um elemento tanto mais indispensável no processo de elaboração e de aplicação de uma política urbana. [...] Só a pressão da opinião pública devidamente informada e organizada será capaz de assegurar o respaldo de um processo de reformulação ainda que parcial de nossa realidade urbana. (MERA et. al., 1976).

Os anos de 1960 e a sua importância para a profissão do urbanista

A inauguração de Brasília (1960), a Semana de Habitação e Reforma Urbana em Quitandinha - RJ (1963) e a movimentação política que desencadeou no golpe militar de 1964, vieram configurar um cenário de mudanças de grande repercussão na formação e no exercício profissional da categoria. Brasília constituiu um momento importante para a arquitetura e urbanismo não apenas pelo seu simbolismo, mas, sobretudo, colocando os profissionais com visibilidade no cenário nacional e internacional. A Semana em Quitandinha teve suas conclusões assimiladas com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) em 1964, configurando a necessidade de capacitação de profissionais para o campo que se abria com essas novas instituições.

Por fim, o novo regime político trouxe um aniquilamento da democracia, que foi se acentuando na década de 1970, e que teve repercussões na formação universitária pelo afastamento e perseguição de docentes e discentes. Com este quadro nacional, destacou-se o IBAM, organização privada criada dentro do movimento municipalista, que prestava assistência técnica aos municípios associados, mas também promovia a capacitação de funcionários públicos especialmente os municipais. O IBAM vinha se distinguindo por uma atuação marcante e desde 1957; publicava uma série de artigos inéditos sobre o tema, sob o título “Folhas Técnicas”, que se esgotaram rapidamente. Essas leituras deram origem a Revista de Administração Municipal (RAM), que comemorando seus 10 anos compilou no livro Leituras de Planejamento Urbano, publicado em 1965, uma seleção de 36 textos, incluindo artigos, relatórios e resumos constituindo um balanço de seus 70 números e 140 artigos sobre planejamento urbano e regional. O livro tem apresentação de Hélio Modesto e inclui dois artigos de Adina Mera um sobre legislação urbanística e um outro sobre planejamento habitacional (IBAM, 1965).

Esses fatos põem em relevo a importância do IBAM nesta conjuntura o que explica a iniciativa do Governo Federal, no caso o SERFHAU, de se interessar em financiar um Curso direcionado a formação de Planejadores Urbanos a ser ministrado por este órgão.¹² Assim o IBAM por meio de sua Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR) atribuiu sua concepção e coordenação a Adina Mera, que possuía reflexão muito particular para um curso dessa natureza. A Figura 2 a seguir ilustra na primeira imagem, Adina Mera em palestra proferida no Departamento de Urbanismo do Centro de Ciências, Letras e Artes em parceria com a Associação de Engenheiros de Campinas em setembro de 1958. A outra imagem é dos anos de 1970 em seu apartamento em Copacabana no Rio de Janeiro.

Em entrevista de fevereiro de 2008, SANTOS (2008) declara que Mera foi um dos “braços” da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) no Rio de Janeiro. O grupo, fundado no Brasil pelo padre dominicano francês Joseph Le Bret, destaca-se por aplicar os princípios e métodos do movimento Economia e Humanismo no processo de planejamento. Em São Paulo, contou com renomados profissionais e teve a oportunidade de inscrever seus princípios no plano para a aglomeração urbana da capital no ano de 1956.¹³ O grupo veio a influenciar uma geração de profissionais da área de ciências sociais como Hélio Modesto, Francisco Whitaker Ferreira e Antonio Bezerra Baltar, todos estes amigos próximos de Adina Mera e com os quais sempre manteve contato compartilhando ideias e experiências por muitos anos.



Figura 2 - Adina Mera em 1958 e na década de 1970

Fonte: Respectivamente acervo dos autores por concessão do IBAM e acervo de Alex Nicolaeff

Em uma época em que decisões e conhecimento eram centralizados, o grupo acreditava que a população local tinha melhor entendimento da realidade – necessidades e problemas – que profissionais originários de outras realidades. Contudo essa população não detinha os conhecimentos técnicos para lidar com seus problemas adequadamente e fazer suas realidades prosperar.¹⁴ Como resultado o grupo do qual Mera participava acreditava na necessidade de difundir o conhecimento para que as ações fossem descentralizadas. O relatório de SAGMACS para São Paulo iniciado em 1956 e concluído na administração do prefeito Ademar Pereira de Barros (1957-1958 e 1958-1961), reconhecia e indicava que o Departamento de Desenvolvimento Urbano do Município era o mais bem qualificado para desenvolver o Plano de Desenvolvimento Municipal com seus próprios profissionais. Neste sentido, o SAGMACS se encarregaria tão somente das recomendações gerais à municipalidade.¹⁵ As ideias apregoadas por Francisco Whitaker Ferreira que sempre expressou incondicional compromisso com o movimento Economia e Humanismo, constitui um dos pilares do CEMUAM.

A situação municipal e o CEMUAM

Parece oportuno indicar que à esta época, (e até antes da Constituição de 1988) as autoridades locais no Brasil sempre tiveram autonomia administrativa mas poucos recursos financeiros – e como resultado técnicos – para exercitá-la plenamente. Os governos estaduais e o federal eram as instâncias encarregadas da maioria dos recursos financeiros e

técnicos e em ambos sempre havia uma secretaria, departamento ou divisão com a incumbência de prestar assistência aos municípios. Essa situação perdurou desde os anos de 1940 até a publicação da nova Constituição em fins dos anos de 1980.

Foi neste cenário que o CEMUAM foi concebido. O Curso foi “desenhado” para o treinamento de profissionais originários de instituições públicas ou privadas, que desenvolvessem ações junto ou de interesse do desenvolvimento local, mais precisamente àquelas de competência dos municípios. Assim, se orientava a, técnicos das secretarias federais ou estaduais afins, conselhos ou comissões de planejamento de ações no desenvolvimento local, técnicos municipais, ou de instituições regionais, federais e estaduais orientadas à assistência ao planejamento urbano em nível municipal (IBAM, 1978).

Seu objetivo principal era o de treinamento de pessoal para integrar ou estar em contato constante com a equipe de planejamento local de cidades de pequeno e médio porte. Seu foco sempre foi orientado ao desenvolvimento associado à autoridade local, recursos e necessidades para melhor administração em todos os aspectos da gestão municipal em termos administrativos, financeiros ou legais, da mesma forma que na provisão de infraestrutura e serviços urbanos.

A formulação do Curso era especial não apenas no nome. Seu conteúdo didático e sua metodologia constituíam inovação que começava na seleção, exigindo a indicação do órgão empregador, a aplicação de um teste psicotécnico e uma entrevista com uma banca composta por dois profissionais indicados pelo IBAM e um representante do órgão financiador, o SERFHAU ou a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-Pr) por meio da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM).

Mera como coordenadora exercia forte influência e colocou no CEMUAM toda sua formação, sua perspectiva e expectativa de constituir um profissional capaz de enfrentar os desafios que o país apresentava de cidades em crescimento vertiginoso destituídas de um corpo técnico preparado para dar respostas às demandas emergentes. Enfim, costumava dizer que o CEMUAM era o curso que gostaria de ter feito (AZEVEDO, 2008).

O curso era ministrado em tempo integral, os participantes detinham bolsa de estudos paga pela instituição financiadora, usava um formato de aulas teóricas na parte da manhã e a parte da tarde era reservada para a discussão de textos e apresentação de experiências que guardavam relação com as aulas ou os textos lidos. O desenvolvimento de aulas teóricas era por módulos ministrados por profissionais de expressão como, por exemplo, a geógrafa Lísia Bernardes, o urbanista Wit-Olaf Prochinif e o advogado Eurico Azevedo e outras figuras de destaque na época. Estes profissionais contribuíram nas primeiras edições do curso; nas demais versões, também se destacam nomes de expressão nas pesquisas

em planejamento urbano no país, como a matemática portuguesa especialista em economia Maria da Conceição Tavares, a cientista política Ana Maria Brasileiro, e o jurista Álvaro Pessoa dentre outros.

Todo e qualquer candidato ao curso deveria ser formalmente indicado por uma instituição cujas atividades fossem orientadas ao desenvolvimento local e da natureza das discriminadas acima. Adicionalmente os candidatos aprovados se comprometeriam em assinar um Termo de Compromisso como um acordo de aplicação dos conhecimentos adquiridos na instituição de sua indicação após o período de treinamento (IBAM, 1978)

O CEMUAM se iniciou em um formato de curso de 6 meses passando posteriormente a ser desenvolvido em 8 meses – em geral de abril a dezembro – em horário integral de tal forma que 3 a 5 desses (respectivamente nos casos das versões de 6 e de 8 meses) constituíam treinamento no Rio de Janeiro na sede do IBAM. Os outros três últimos meses eram dedicados a um trabalho prático a ser desenvolvido em grupo e *in loco* em alguma municipalidade do país previamente selecionada e acordada entre participantes, instrutores do curso e administrações locais.

No treinamento na Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM, os participantes se dedicavam a estabelecer contato com os procedimentos metodológicos a serem aplicados no trabalho de campo, aos problemas e possibilidades dos municípios de uma forma geral, ao mesmo tempo em que estabeleciam relações pessoais e profissionais com os participantes com vistas as definições de atribuições pessoais e de trabalho em equipe. Eram também desenvolvidas atividades específicas orientadas ao treinamento envolvimento e incorporação da equipe de planejamento local nos trabalhos do grupo cujos integrantes eram denominados *cemuares*.

Nos meses no Rio, o trabalho de campo seria minuciosamente preparado de tal forma que informações acerca da realidade local eram abordadas, examinadas a luz das possibilidades específicas daquela realidade. A síntese dessa abordagem era a composição do quadro de condições de vida e possibilidades de infra-estrutura e serviços, elaborado para ser checado *in loco* durante o período de trabalho no campo. Em edições posteriores, um piloto de três semanas era também previsto para que fosse testada a metodologia preparada para campo, para avaliar o desempenho individual dos participantes, da mesma forma que, apreciar o potencial do grupo para o trabalho prático.

A formação dos grupos constituía um ponto delicado e deveria atender uma multiplicidade de perfis profissionais e de origem e, que ao mesmo tempo, se mostrassem comprometidos, porque no trabalho de campo, agiriam *per se*, tendo independência e autonomia para responder às propostas consideradas importantes para os municípios selecionados. Muitas

vezes a escolha dos integrantes de cada grupo se valia de sócio-gramas e outros instrumentos para sua composição. Vale enfatizar que adicionalmente, este deveria assumir uma postura didática ao compartilhar seu conhecimento com a equipe local, funcionários municipais de uma forma mais específica e, se possível, com grupos organizados, caso fossem identificados, ou ainda com integrantes da população como um todo.

Importa destacar que no piloto de três semanas o grupo de participantes se encarregaria de todo o trabalho a ser desenvolvido em uma única municipalidade. No trabalho de campo de três meses, cerca de quatro municipalidades seriam objeto de investigação por grupos compostos, em geral de cinco a seis participantes tendo supervisão periódica de professores consultores e a coordenação do Curso. Cada turma do CEMUAM era de uma forma geral, composta por 20 a 25 participantes no máximo.

O CEMUAM e sua abordagem metodológica

A Metodologia para desenvolvimento do trabalho de campo previsto para os 3 últimos meses era primordialmente calcada nos princípios da Economia e Humanismo. Vale lembrar algumas recomendações para esta fase. Chegar à cidade, apresentar-se às autoridades locais e instalar-se num escritório, local de reunião com os líderes locais e desenvolvimento do trabalho de equipe. Buscar o ponto mais alto da cidade, geralmente a torre da igreja e de lá poder observar, fotografar e anotar suas primeiras impressões. Numa segunda fase percorrer a cidade em um ritmo lento ou baixa velocidade (no máximo 30 km por hora) com o mapa que estivesse disponível no momento na Prefeitura, qualquer que fosse o nível de detalhamento, mapeando os problemas encontrados nesta primeira observação, denominada Contacto Global. O meio de transporte preferido de Mera e recomendado aos participantes era o cavalo (em algumas cidades Adina Mera manteve um cavalo ou égua permanentemente alugado durante toda sua estadia), mas os alunos recorriam sempre a charretes ou similares.

Importante assinalar que o curso visava a preparação de profissionais para municípios em regiões pouco privilegiadas do ponto de vista econômico e detentores de cidades pequenas e médias, de tal forma que a região escolhida para o trabalho de campo tinha sempre essa característica. A título de exemplo podem ser citadas: a zona canavieira do nordeste, o norte velho do Estado do Paraná, o norte fluminense, a região serrana do Estado de Rio de Janeiro, a zona mineira do Estado do Rio Grande do Sul, e o norte do Estado do Espírito Santo.

Nos meses de trabalho no Rio de Janeiro desenvolviam-se estudos sobre os instrumentos metodológicos para a intervenção em campo, nas primeiras edições com aulas de Francisco Whitaker Ferreira e, nas edições seguintes, em geral conduzidas por *cemu*ares, tendo por

base o livro *Condições de Vida e Planejamento Físico*, que vai constituir a base metodológica de todos os CEMUAMs.

O livro publicado em 1966 estabelece um conjunto de diretrizes orientado à organização do território, baseado em demandas sociais e econômicas devidamente atualizadas. Segundo Ferreira, isso se faz necessário para a estrita e adequada organização das atividades humanas necessárias objetivando os mais elevados padrões de vida para as populações envolvidas. Sua definição de desenvolvimento seguia o compromisso do movimento Economia e Humanismo.

Em assim sendo, classifica condições de vida em nove grupos fundamentais: habitação, educação, saúde, lazer, transporte, consumo de bens e serviços, emprego e renda, comunicações e ambiente. Ferreira propõe a avaliação da qualidade, disponibilidade ou provisão dessas condições segundo três níveis: nível básico, nível fundamental ou essencial para a vida humana e nível de conforto ou de comodidade nível em que as condições de vida são facilitadas e ainda o nível de conquista ou superação, aquele que estimula aptidões e atividades sociais e culturais do ser humano (FERREIRA, 1966).

O objetivo maior desse enfoque seria atingir um patamar de equilíbrio entre os níveis existentes naquela realidade de tal forma que a qualidade, a disponibilidade ou a provisão das condições acima enumeradas fossem gradativamente ascendendo até o nível máximo. Para tanto diretrizes, propostas e projetos devem ser hierarquizados para resultar em efetivas intervenções.

Ferreira (1966) também identifica um conjunto de sete variáveis do território onde as atividades humanas se desenvolvem: separação, polarização, localização de usos, sistema de usos, ocupação e densidade do solo, estrutura viária e composição dos elementos construídos.

Tendo identificado essas condições e variáveis, Ferreira (1966), propõe uma tabulação cruzada entre elas de tal forma que as variáveis podem ser examinadas. Pelo que denomina Tabela de Condições e Interferências, novamente indica três níveis de interferências em sua avaliação: essencial, intermediário e desejável. Argumenta que essa tabela, quando completa, permite abrangente avaliação das condições de vida o que permite uma hierarquização de necessidades da população de tal forma que em concordância com os níveis de avaliação, o processo pode indicar possíveis soluções.

Essa metodologia proposta por Ferreira (1966) constitui a essência da abordagem metodológica utilizada pelos CEMUAMs. Os pontos de vista de Ferreira eram plenamente compartilhados por Mera. Em uma publicação de 1965, portanto um ano antes da

publicação do livro de Ferreira, Mera os expressa, em uma das publicações – Folha Técnica – do IBAM.

Esta Folha Técnica de número 5 especifica de forma sumária as ideias de Ferreira com relação a provisão de infra-estrutura e serviços urbanos.¹⁶ As Folhas Técnicas do IBAM eram publicadas como recurso de orientação aos técnicos dos municípios brasileiros e Adina Mera estava convencida de que os técnicos locais (i.e das municipalidades) adquirindo conhecimento técnico (*know-how*, expressão muito utilizada nos anos de 1970) seriam os mais bem qualificados para a concepção e elaboração de seus planos do que os técnicos de fora da comunidade.¹⁷

Adina Mera, os CEMUAMs e outras de suas atividades.

Os CEMUAMs começaram a formar profissionais em 1965. Mera coordenou seis edições do curso no IBAM até o ano de 1976. A partir de então, Mera se convenceu de que os CEMUAMs constituíam um trabalho terminado e não via mais sentido na continuidade do treinamento que se propusera coordenar. FERNANDES (2008) e SANTOS (2008) argumentam que uma das razões de sua decisão estava associada ao fato de que o curso, do ponto de vista de Mera, não estava atingindo plenamente seus objetivos – o treinamento de profissionais para o trabalho nos municípios. Segundo esses entrevistados, Mera constantemente se queixava que muitos dos ex-alunos do CEMUAM – os *cemuares* – tomavam o curso como ponte para o Mestrado ou Doutorado. O *cemuar* era, e ainda é, considerado parte de um seleto grupo de profissionais com garantia de competência e valioso *know-how*. Contraditoriamente ao que Mera objetivava, essa excelência resultava em distorcer suas intenções originais quando os *cemuares* se direcionavam à vida acadêmica. A Figura 3 a seguir cuja data ainda não foi possível identificar mostra um grupo de *cemuar* na sala de aula acompanhado por Adina Mera e Marcos Mayerhofer, *cemuar*, que com ela dividiu a coordenação de algumas edições do CEMUAM.

Se Mera estava convencida de que não havia propósito em continuar esse tipo de treinamento, o IBAM não compartilhava desse ponto de vista. Após um ano de interrupção, o IBAM convida um amigo pessoal de Mera, o *cemuar* Joca Serran, para coordenar a oitava edição do Curso em 1978. Do ano de 1978 até o ano de 1988, foram realizadas mais onze edições anuais do CEMUAM. Foi neste ano de 1988 que a nova Constituição do Brasil foi aprovada, estabelecendo uma reforma financeira que envolvia as três esferas de governo, país, estado e município, tornando esta última, mais independente financeiramente.

Assim, recursos que eram administrados nas esferas estaduais ou federal foram cada vez mais direcionados aos municípios enfraquecendo e até mesmo forçando aos estados e a união à extinção dos organismos de assistência ao governo local. O CEMUAM, financiado

majoritariamente pelo governo federal, não sobrevive a essa reforma da Constituição de 1988. Contudo, em suas dezessete edições formou não apenas profissionais brasileiros, mas também de outros países da América Latina e Caribe, totalizando mais de 350 planejadores orientados aos problemas da administração local.



Figura 3 – Adina Mera e um grupo de *cemuare*s à época da realização de um CEMUAM possivelmente da década de 1970

Fonte: Acervo dos autores por concessão do IBAM

Logo após ter deixado o IBAM e o CEMUAM, sem ter tido contrato de trabalho formal e contínuo com a instituição, tendo sempre prestado serviço por meio de contratos temporários, Mera abandona a profissão de urbanista e declarando-se desapontada e desiludida.¹⁸ A maioria dos entrevistados argumenta que depois que desiste dos trabalhos na área de desenvolvimento urbano, Mera passa a evitar, de forma radical, qualquer conversa envolvendo o assunto. Em 1981 sua situação financeira não a permite continuar vivendo no Rio de Janeiro. Assim deixa a cidade para criar cabras em uma fazenda de propriedade de sua amiga Henda Freire, no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro. Neste período, Mera já havia desenvolvido e estava tratando, à sua maneira, de um câncer. Pela primeira vez após ter se radicado no Brasil, retorna à Argentina neste início dos anos de 1980, possivelmente esperando se aproximar de uma irmã, sua única ligação

familiar com o país. Tanto a situação familiar quanto a de seu país de nascimento não lhe inspiram confiança e desesperançada retorna ao Brasil.

Os negócios da criação de cabras na fazenda já não iam bem, e Mera já não encontrava mais forças para enfrentar a situação em virtude da doença que a abatia, e pouco tempo depois, Mera falece, em dezembro de 1984, em Armação de Búzios na casa de verão de uma de suas comadres. Em 1994 o IAB-RJ institui o Prêmio Adina Mera para projetos de Habitação de Baixa Renda como celebração do décimo aniversário de seu falecimento em reconhecimento a sua paixão, dedicação e contribuição a classe de urbanistas. Contudo, sua paixão fica marcada indo além de sua desilusão com a profissão. É revelada pelos vários poemas que escreveu incondicionalmente decantando ou censurando algum aspecto das cidades, dedicando-os sempre a algum amigo de profissão o qual acreditava iria corroborar ou contestar suas ideias.¹⁹

Vale destacar que a vida pessoal de Adina Mera é pontuada por relatos em que se destacam sua presença, vivacidade e forma incomum de encarar e enfrentar o cotidiano como o ilustrado pela Figura 4.



Figura 4 – Adina Mera e uma manifestação de sua irreverência, data desconhecida
Fonte: Acervo dos autores por concessão do IBAM

Seus relacionamentos são sempre carinhosamente restituídos por fragmentos em que adquirem papel importante seus amigos, comadres e afilhados. Dos amores, contudo, sabe-se pouco. Um episódio narrado por Ana Maria Sobral Freitas, arquiteta formada no Rio de Janeiro, atualmente residindo no Recife, também *cemuar*, é no mínimo curiosa e merece ser registrada. Segundo Ana Maria, nos anos de 1980 Adina decidiu viajar para os Estados Unidos por conta de um americano por quem se encantara. Pouco se sabe de sua estadia nos Estados Unidos, contudo Mera retorna só. A amiga curiosa lhe perguntou sobre o fato e esta teria, espirituosamente, dito que a história [amorosa] era adequada apenas à pequenas e médias cidades. Não teria dado certo em metrópoles como o Rio de Janeiro. FREIRE (2008) em sua entrevista relata apenas que o filho do americano esteve posteriormente no Brasil para conhecer Adina Mera. Esse fato ilustra sua atitude de discrição e humor para com os episódios de sua vida pessoal, sempre relatados ou respondidos de forma cifrada e metafórica.

Interessa aqui ressaltar a importância e contribuição de Mera além de seu envolvimento com a formação de urbanistas. Como já pontuado ao longo desse documento, Mera também desenvolve em conjunto com Hélio Modesto e José Arthur Rios e outros o Plano Diretor para a Cidade de Fortaleza (1969), realiza meticoloso projeto para a região do aterrado da Ilha do Príncipe em Vitória (1962), escreve diversos artigos publicados, em geral na RAM do IBAM, presta consultoria ao plano metropolitano de São Paulo nos anos de 1970, em tributo ao pai da amiga Maria do Carmo Schwab a presenteia com um projeto de praça pública em Vitória (1968), e elabora projetos paisagísticos em Vitória e Rio de Janeiro. Essas atividades de Mera são aqui enumeradas apenas com o propósito de demonstrar a gama de estudos em que se envolveu, contudo, uma análise mais detida de alguns desses, merece atenção, e constituirão, no futuro, objeto de nossas investigações.

Todos os esforços de Adina Mera como urbanista parecem não ter sido capazes de afetar substancialmente a situação dos municípios e cidades por onde passou a despeito de seus meticolosos exames das situações dessas realidades e respectivas proposições. Contudo, os fatos aqui apresentados demonstram sólida contribuição da urbanista, não apenas em termos de planejamento e de formação de profissionais mas, sobretudo, no papel que desempenhou promovendo as mudanças que acreditava e julgava necessárias para a definição mais objetiva e consistente de uma política urbana visando os mais elevados padrões e ideais sociais.

Em um de seus poemas, “Olhe, Veja, Pense. É essa a sua cidade”, datado de 15 de dezembro de 1973, Mera define, ainda otimista, uma “receita simplista para sentir o que é a cidade”.

Olhe a cidade dos diferentes ângulos
em horas diferentes do dia.
Variar os dias de observação, também é aconselhado
assim como variar o meio de condução
para melhor observação, é o mais indicado.

Uma voltinha de ônibus é muito informativa,
abre do Rio a outra perspectiva:

[...]

As praias sempre com promessa de remodeladas.
Os pleigrandes [Sic.]. E os parques. Vai lá olhar.

Para acabar em rima não diga que vai desanimar (MERA, 1987, p. 5-8).

Os desenhos de Mera incluídos na Figura 5, também simplistas, porém carregados de significado, para aqueles que se preocupam com o futuro de nossas cidades, levantam o estandarte, ou trazem para o interior dos lares a natureza escassa e vendida a peso de ouro pelos anúncios imobiliários de um outro seu poema: Anunciação da natureza, datado de 24 de março de 1974 é dedicado a um amigo “emersionista” que a levou a Walden.²⁰ Confira as palavras de Mera agora, um pouco mais pessimista:

Outro domingo de grandes anúncios imobiliários.

A paz, a calma, os títulos mobiliários,
o luxo, o requinte, agora junto da natureza
convidativa, mãe, irmã, sempre bem retratada
em preto e branco, em fotos descomunais
nas folhas nobres dos jornais dominicais.

[...]

A venda o mar, suas espumas, a ressaca, o verde, o luar,
todos bens de consumo, a venda

A venda da natureza - A venda da beleza.

Depressa, que vai acabar

Compre antes que encareça (MERA, 1987, p. 21-22).

Um trecho da crônica “Solilóquio”, de Carlos Drummond de Andrade é transcrita por Adina, que parece compartilhar com Drummond as mesmas incertezas sobre nossas cidades. A crônica de Drummond revela algum descrédito e conforme consta na transcrição de Adina, foi publicada na página 5 do Jornal do Brasil em 26 de junho de 1972. Incluímos a seguir na Figura 6, seu manuscrito.²¹

Difícil imaginar que uma pessoa que tinha por hábito escrever odes às cidades pudesse abandoná-la. O fato é que Mera não teve a oportunidade de viver o suficiente para constatar os acontecimentos que vieram a se suceder poucos anos após seu falecimento, e as evidências apresentadas a seguir indicam, de uma forma ou de outra, vitória de suas ideias e ideais.

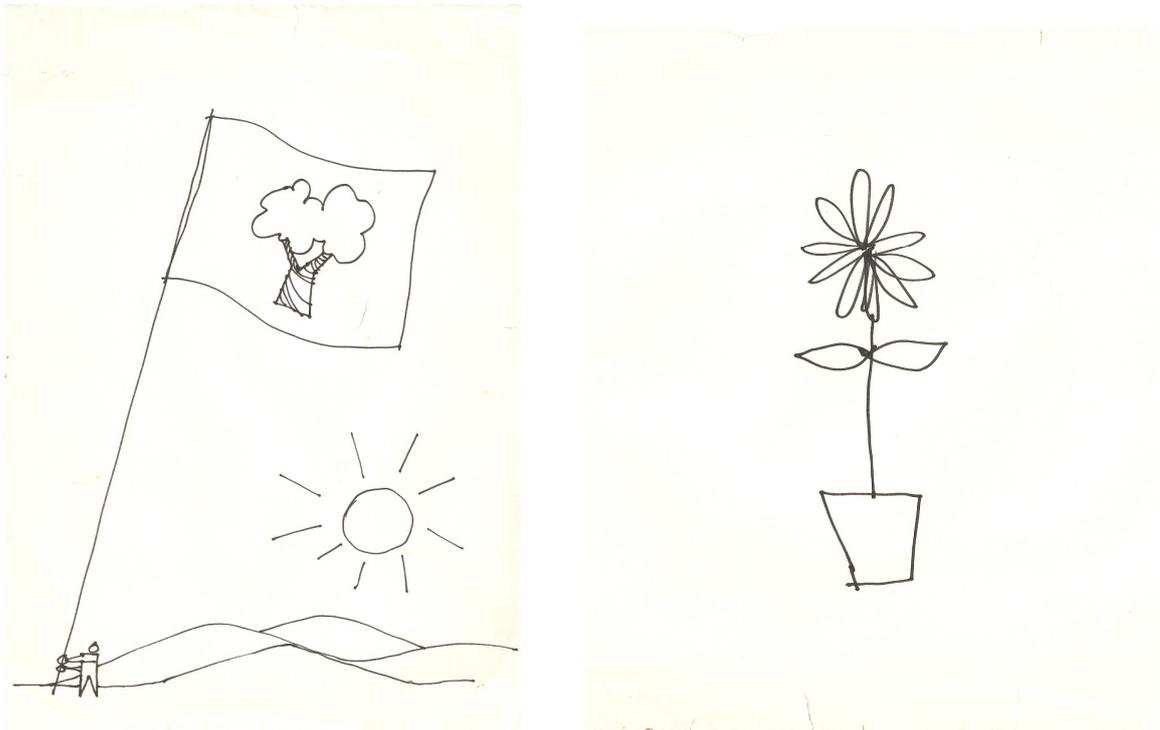


Figura 5 – Desenhos de Adina Mera, data desconhecida
 Fonte: Acervo dos autores obtido por concessão do IBAM

Vão tirar da cidade o Centro da cidade, ^{C.D.A.} J.B. 26/6/72
 vão tirar da cidade toda a cidade, _{pag 5}
 vão fazer o quê da cidade?
 Vão plantar uma cidade numa
 no lugar da cidade conhecida,
 vão desistir de manter a cidade,
 vão decretar que a cidade
 não é mais de a gente nossa?
 Vão que da passagem entre o tapume
 e a pista de corrida,
 entre o pé e a poça de lama,
 ou não vão deixar mais
 que use as pernas e o pé
 pra estarem definitivamente fora de moda?

Figura 6 – Manuscrito de Adina Mera de trecho da crônica Solilóquio, de Carlos Drummond de Andrade, publicada no Jornal do Brasil em 1972
 Fonte: Acervo dos autores por concessão do IBAM

Alguns autores argumentam que o “direito à cidade” foi finalmente reconhecido como um direito coletivo com a promulgação de Constituição do Brasil do ano de 1988, que estabeleceu autonomia aos governos municipais em termos políticos, financeiros e legais, a um patamar que permite que o federalismo brasileiro seja considerado um dos mais descentralizados do mundo (FERNANDES, 2007), Adicionalmente, a Lei Federal no. 10.257 – Estatuto da Cidade – foi promulgada em 2001 para regulamentar o capítulo referente a política urbana introduzido nessa Constituição, após intenso processo de negociação que durou mais de 30 anos.

No mesmo artigo, FERNANDES (2007) argumenta que a Constituição de 1988 não apenas reconheceu o “direito à cidade”, defendido por Henri Lefebvre, mas também confirmou e ampliou o papel político e legal dos municípios na formulação de diretrizes para o planejamento urbano, da mesma forma que a condução e administração do processo de desenvolvimento urbano nessas municipalidades.

A Lei Federal do Estatuto da Cidade permite que os Municípios integrem planejamento urbano, legislação e gestão, democratizando o processo de decisão e legitimando uma ordem urbana, jurídica e socialmente orientada. Diversos mecanismos foram concebidos por meio do Estatuto para assegurar a participação dos cidadãos e das associações, no processo de gestão e de planejamento urbano propriamente dito. Dentre esses se destacam audiências e consultas públicas, a criação de conselhos, relatórios de impactos ambientais e de vizinhança, iniciativas populares para a proposição de legislação urbanística, e, sobretudo, práticas de participação para elaboração do processo de orçamento público, o denominado orçamento participativo.

Todas essas evidências indicam que os ideais de Adina Mera definitivamente começaram a tomar forma. Aqueles profissionais que jamais retornaram aos seus postos nos municípios e seguiram a carreira acadêmica utilizando o CEMUAM como ponte e galgaram títulos de Mestres e Doutores, podem estar, ironicamente, e a despeito de tê-la desapontado, definindo ainda mais essa forma. Certamente, muitos dos *cemuare*s que se orientaram à vida acadêmica, frustrando Mera, constituem uma legião de professores universitários formando gerações de Arquitetos e Urbanistas de cujas mentes e corações têm originado ensinamentos, promovendo e perpetuando suas ideias.

Referências

BRASILEIRO, Ana. Maria. (Coord.), **Região Metropolitana do Grande Rio: serviços de interesse comum**. Brasília: Estudos para Planejamento 13, IPEA/IPLAN, 1976.

ANDRADE, Carlos Dummond de. Solilóquio In. **De notícias e não notícias faz-se a crônica**. Rio de Janeiro: Record, 1987. p. 41-2.

FERNANDES, Edésio. Constructing the ‘Right to the City’ in Brazil In: **Social & Legal Studies**. Los Angeles: SAGE Publications, Vol. 16 (2), 2007. p. 201-19.

FERREIRA, Francisco. Whitaker. **Condições de Vida e Planejamento Físico**. Rio de Janeiro: Cadernos de Administração Pública nº 66, Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1966.

FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.

FREITAS, José Francisco Bernardino. Prince Island's development: noble intentions, poor results. In: 13 International Planning History Society Biennial Conference: Public versus private planning: themes, trends, and tensions. **Anais...** Chicago, Estados Unidos da América do Norte, 2008, CD-ROM.

FREITAS, José Francisco Bernardino. **Townscape and local culture: the use of streets in low-income residential areas in Vitória, Brazil**. Londres. 1995. Tese (Doutorado) - University College, London, University of London, Londres, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM), **Leituras de planejamento e urbanismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Administração Municipal/IBAM. 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **VIII CEMUAM**: Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano - 10 de abril a 8 de dezembro de 1978. Rio de Janeiro: Folheto Promocional do Curso, ENSUR/IBAM, 1978.

LAMPARELLI, Celso. Monteiro. Louis-Joseph Lebreton e a Pesquisa urbano-regional no Brasil - crônicas tardias ou histórias prematuras. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: v. 37, p. 90-99, 1994.

LEME, Maria Cristina da Silva. A pesquisa pioneira de Lebreton sobre as condições de habitação em São Paulo. In: **Espaço & Debates**. São Paulo, v. 24, n. 45, p. 110-113, 2004.

MERA, Adina, **Urbanização e orientação do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 1971b. Mimeografado.

MERA, Adina. Diretrizes para o zoneamento. In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, n. 69, p. 95-100, mar/abr. 1965a.

MERA, Adina. Equipamentos Necessários à Vida de uma Aglomeração Humana In: **Folha Técnica IBAM 5**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 1965b.

MERA, Adina. et al. Instituto dos Arquitetos do Brasil, Os arquitetos e a Política Urbana. Trabalho apresentado pelo IAB/RJ ao IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, São Paulo: 25-29 de outubro de 1976 In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, n. 139, p. 49-59, nov/dez. 1976.

MERA, Adina. Paisagem urbana e forma da cidade. In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, n. 78, p. 323-48, set/out. 1966.

MERA, Adina. Pesquisa para o zoneamento da Guanabara. In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, n. 104, p. 71-102, jan/fev. 1971a.

MERA, Adina. Planejamento e Habitação. In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, n. 61, p. 423-42, nov/dez. 1963.

MERA, Adina. **Poemas** [de 1973 a 1975]. Boneca de livro a ser editado pelo IBAM. Rio de Janeiro: 1987. Mimeografado.

MERA, Adina. **Projeto de utilização da área do aterro que liga a Ilha do Príncipe à Ilha de Vitória**. Vitória: Administração do Porto de Vitória, 1962. Mimeografado.

MODESTO, Hélio. MERA, Adina. RIOS, José. Arthur. et al. **Plano Diretor da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1969.

VALADARES, Lúcia do Prado. Depoimentos. In: FREIRE, Américo, OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 155-87.

Entrevistas

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. (Amiga pessoal de Adina Mera). Entrevistada [não gravada] no Rio de Janeiro em diversas oportunidades entre janeiro e fevereiro de 2008.

FERNANDES, Almir. (Arquiteto e Urbanista, companheiro de profissão). Entrevista gravada no Rio de Janeiro em 07 de fevereiro de 2008.

FREIRE, Henda da Rocha. (Amiga pessoal de Adina Mera e uma das pessoas que a conheceu antes de sua vinda para o Brasil). Entrevista gravada no Rio de Janeiro em 01 de fevereiro de 2008 com a participação de AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de, Arquiteta, também sua amiga pessoal e profissional, aluna de Adina Mera na segunda turma do CEMUAM.

NICOLAEFF, Alex. (Arquiteto e Urbanista, companheiro de profissão). Entrevista gravada no Rio de Janeiro em 06 de fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Aloysio Müller de, (Advogado e amigo pessoal de meados dos anos de 1950 até meados dos anos de 1970). Entrevista gravada no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 2008.

PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. (Administradora e Consultora de Projetos Especiais do IBAM, companheira de profissão por pequeno período). Entrevistada [não gravada] no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 2008.

SANTOS, Alexandre Carlos Albuquerque. (Arquiteto e Urbanista e Diretor Desenvolvimento Econômico e Social do IBAM, companheiro de profissão por pequeno período). Entrevistada [não gravada] no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 2008.

SCHWAB, Maria do Carmo. (Arquiteta e amiga pessoal durante o Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Rio de Janeiro enquanto Adina Mera cursava seu Curso de Pós-Graduação em Urbanismo). Entrevista gravada em Vitória em 19 de dezembro de 2007.

Referências eletrônicas

<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=42&langVerbete=ptv>>
CRONOLOGIA DO URBANISMO. Acesso em: 2 jan. 2011.

<<http://biblioteca.iapg.org.ar/iapg/ArchivosAdjuntos/Petrotecnia/2004-6/NovidadesEmp.pdf>.>
PETROTECNICA NOVEDADES EMPRESARIAS, DICIEMBRE 2004 p. 116-126. Acesso em: 17 mar. 2008.

¹ A sigla CEMUAM foi mantida mesmo com o nome do Curso alterado.

² Diversas entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008 e encontram-se registradas nas Referências. Estas incluem amigos pessoais e profissionais de Vitória e Rio de Janeiro. Nem todas as transcrições dessas entrevistas foram realizadas, contudo quando concluídas serão submetidas aos entrevistados para aprovação e posterior registro na Biblioteca Nacional como documento público.

³ O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Espírito Santo - IAB/ES, Arquiteto Gregório Repsold, produziu uma **Introdução** anexada ao documento de proposições da Adina Mera para a região do aterrado Ilha do Príncipe em Vitória ilustrando suas atividades profissionais no ano de seu falecimento em 1984. O documento serviu de base para a proposição de uma vereadora de Vitória de um tributo *post-mortem* a ser aprovado pelo Legislativo Municipal em reconhecimento aos trabalhos prestados ao Estado do Espírito Santo. A introdução de Repsold também foi baseada em entrevistas.

⁴ O local de nascimento declarado no documento obtido junto ao CREA-RJ é Port Nesc, possivelmente um equívoco ortográfico para Port Blest (Puerto Blest, Patagônia, Argentina). Sua qualificação de graduação ainda permanece pouco clara. Uma *newsletter* argentina do ano de 2004 a reconhece como a primeira engenheira industrial do país, titulada em 1944. Outros detalhes, no seguinte link acessado em 17 de março de 2008: <http://biblioteca.iapg.org.ar/iapg/ArchivosAdjuntos/Petrotecnia/2004-6/NovidadesEmp.pdf>.

Petrotecnica Novidades Empresarias, Diciembre 2004 p. 116-126. Parece também pouco provável que Mera tenha nascido no ano de 1927 e se formado engenheira em 1944, com apenas 17 anos de idade. A senhora Henda Freire, em sua entrevista, argumenta que Mera vaidosa como sempre foi, parece ter alterado o ano de seu nascimento de 1921 para 1927, transformado o número 1, em número 7, em sua documentação Argentina, antes de dar entrada na documentação para obter a nacionalidade brasileira. Esses aspectos estão ainda sendo investigados.

⁵ Todos os entrevistados confirmaram que seu trabalho de modelo no Brasil foi para a Casa Canadá no Rio de Janeiro, uma das mais elegantes casas de moda da capital nos anos de 1950.

⁶ A documentação obtida no CREA-RJ indica que sua colação de grau foi em 31 de agosto de 1955, sendo 26 de janeiro de 1956 a data de obtenção do diploma de urbanista da FNA-UB.

⁷ Segundo VALADARES (2008), o SAGMACS do Rio de Janeiro constituía um escritório de representação e Lebrét convida nos anos de 1960, José Arthur Rios para dirigir o que se tornou um centro de pesquisas o último a ser criado no país.

⁸ O Plano Diretor para a Cidade de Fortaleza é fruto dessa parceria.

⁹ Mera trabalha como modelo, freqüenta curso de botânica por seu interesse em paisagismo, se envolve em disciplinas do Curso de Arquitetura como Arquitetura no Brasil e, trabalha com consultoria e formação na área de urbanismo. Adicionalmente, comprovando sua versatilidade profissional NICOLAEFF (2008), argumenta ter participado em um seminário em que Mera foi convidada a proferir palestra sobre criação de cabras, atividade que veio a desenvolver após sua saída do IBAM.

¹⁰ Ver: BRASILEIRO, Ana Maria (Coord.). (1976).

¹¹ Ver MERA, Adina. (1963, 1965a, 1966 e 1971a).

¹² As primeiras edições do CEMUAM foram realizadas com recursos originários do SERFHAU. Outras edições tiveram recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-Pr) por meio da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM).

¹³ Outros detalhes ver: LAMPARELLI, Celso Monteiro. (1994) e LEME, Maria Cristina da Silva. (2004).

¹⁴ FREITAS (1995) traz uma discussão nesta linha de raciocínio ao comparar uma área construída pelos próprios residentes e um empreendimento habitacional para baixa-renda desenvolvido pelo Banco Nacional de Habitação por meio da COOHAB-ES em Vitória. Ver: FREITAS, José Francisco Bernardino. (1995).

¹⁵ Detalhes podem ser encontrados no link, acessado em 02 de janeiro de 2011: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=42&langVerbete=pt>

¹⁶ Ver: MERA, Adina. (1965b).

¹⁷ As ideias de Mera e a contribuição de Ferreira na abordagem metodológica adotada pelo CEMUAM encontram-se também expressas em: MERA, Adina, (1971b).

¹⁸ O setor responsável pela administração de pessoal do IBAM não possui qualquer registro de Adina Mera porque esta jamais foi funcionária com registro na instituição. Acredita-se que a remuneração de seus serviços fosse feita diretamente por meio dos contratos com os organismos financiadores do CEMUAM ou dos demais projetos dos quais participou no IBAM.

¹⁹ Tivemos acesso a várias versões da coleção de 11 poemas de Adina Mera. São versões manuscritas, datilografadas com ou sem correções manuais. Todos estes documentos foram digitalizados e constituem acervo dos autores. Os originais foram devolvidos à Biblioteca do IBAM.

²⁰ Emersonista diz respeito à Ralph Waldo Emerson ensaísta e poeta americano, associado ao movimento transcendentalista de meados do século XIX. Walden; ou, A Vida nos Bosques é uma auto-biografia do escritor, também transcendentalista Henry David Thoreau, publicada em 1854. Constitui um manifesto poético contra a civilização industrial que ocorria nos Estados Unidos à época.

²¹ A crônica **Solilóquio** publicada no Jornal do Brasil é também publicada em livro (DRUMMOND, 1987) é aqui transcrita na íntegra:

Vão tirar o terminal do meu ônibus do centro da cidade, vão tirar do centro da cidade o meu ônibus, vão me tirar do centro da cidade?

Vão tirar da cidade o centro da cidade, vão tirar da cidade toda a cidade, vão fazer o que da cidade?

Vão plantar uma cidade nova no lugar de cidade carcomida, vão desistir de manter as ruínas da cidade, vão decretar que cidade não é mais de a gente viver?

Vão fazer ruas de cima para baixo, em forma de cisterna, para o que já se abrem os competentes buracos e se desaconselha andar na superfície para não prejudicar as obras?

Vão me dar passagem entre o tapume e a pista de corridas, entre o poço e a poça de lama, ou não vão deixar mais que use as pernas e os pés por estarem definitivamente fora de moda?

Vão permitir que eu siga o meu itinerário de trabalho sobre a capota dos automóveis, saltando de uma para outra depois de treinado em academia de técnica pedestre, ou vão estatuir que eu e mais nove concidadãos de bom físico carreguemos nas costas o automóvel, a fim de que automóveis e nós possamos chegar a destino, passando no que outrora se chamava da rua?

Vão dizer quantas pessoas podem sair de casa, a quantas horas, por quanto tempo, e por onde será permitido caminhar, durante quantos minutos, para que as turmas seguintes não sejam prejudicadas na regalia de ir e vir na cidade estúpida?

Vão acabar com a cidade, todas as cidades, vão acabar com homem e a mulher também, vão fazer o quê, depois que eles mesmos acabarem?